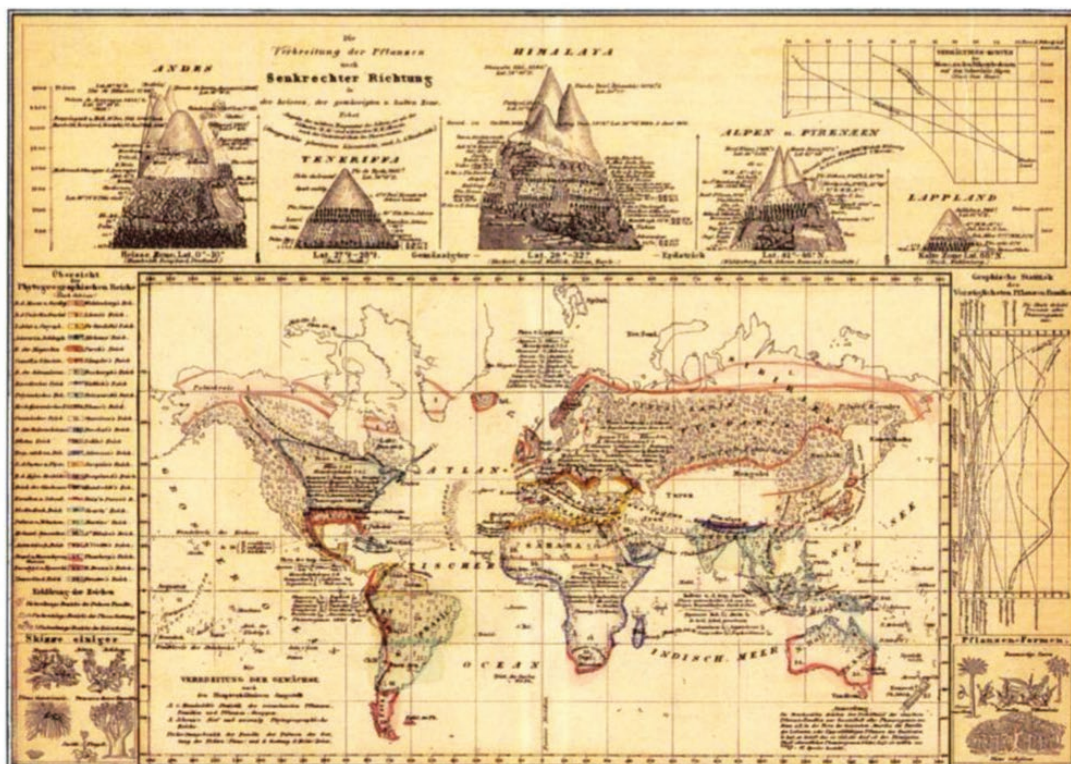


# CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
 FACULDADE DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
 COIMBRA 1995 N.º 14



## O MUNDO RURAL E O SEU DESENVOLVIMENTO\*

Rui Jacinto\*\*

**Diversidade, especificidades e dimensões do rural**

Definir com precisão a dimensão do rural em Portugal, tanto em termos quantitativos como qualitativos, não é tarefa fácil. A dificuldade de se proceder com exactidão à delimitação territorial, a complexidade dos perfis produtivos, dos dinamismos económicos e dos comportamentos sociais que as diversas zonas rurais apresentam, impossibilita que se trace uma tipologia inequívoca destas áreas. Em função dos objectivos e das circunstâncias, estas áreas têm sido classificadas diferentemente, o que nos permite concluir que existe uma geometria variável para abordar as questões do mundo rural.

As nomenclaturas apresentadas com o intuito de as identificar e caracterizar, acabam por reflectir quase sempre interpretações dicotómicas (litoral/interior, norte/sul ou rural/urbano) que, embora correspondam às grandes fracturas do território e da sociedade portuguesa, apagam a complexidade que as áreas rurais encerram e a riqueza dos processos que lhes andam subjacentes.

Os dinamismos territoriais verificados recentemente no nosso país foram mais positivos, como se sabe, em torno dos centros urbanos e dos eixos que os articulam. O desenvolvimento tem sido, pois, polarizado pelas cidades e estruturado ao longo de corredores que coincidem com a rede viária principal e complementar. Deste modo, o processo de desenvolvimento está estreitamente correlacionado com a acessibilidade física e sócio-económica. As zonas rurais economicamente integradas e mais dinâmicas, localizam-se quase sempre na proximidade daqueles centros, enquanto as zonas rurais intermédias e as mais deprimidas se situam nas periferias mais ou menos remotas.

Se a velha dicotomia rural/urbano se mostra caduca, as alternativas encontradas (p. ex.: concelhos urbanos, semi-urbanos e rurais ou zonas densamente povoadas, medianamente e pouco povoadas), talvez se revelem insuficientes para traduzirem a complexidade do problema. Se atendermos a esta classificação, 57 concelhos são consi-

derados urbanos em Portugal, no ano de 1991 (18,7% do total), 108 são semi-urbanos (35,4%) e 140 rurais (45,9%). Contudo, em termos demográficos, como se esperaria, o panorama é inverso, já que se verifica a predominância do número de habitantes nos urbanos (55,6%), relativamente aos semi-urbanos (28,1%) e aos rurais (16,3%).

Apesar das tendências para a litoralização e urbanização que paulatinamente se foram instalando em Portugal, a taxa de urbanização continua a ser particularmente baixa no seio da União Europeia, o que atesta bem a importância e dimensão que a ruralidade assume no nosso país. Em Portugal, quando tratamos de zonas rurais, estamos a falar de áreas onde ainda 37% da população activa se ocupa na agricultura, 21% na indústria e 42% nos serviços, contra os seguintes valores médios que se verificam a nível nacional: 10%, 39% e 51%, respectivamente.

Apesar de tudo, dois aspectos nos parecem seguros: as áreas rurais portuguesas apresentam uma grande diversidade, que decorre dos contextos geográficos, da base económica e da organização social, intrínsecas a cada espaço regional; por outro lado, tem uma grande expressão territorial, embora a população que aí reside seja consideravelmente mais diminuta e se encontre em recessão.

**As zonas rurais portuguesas: problemas, desafios, oportunidades**

O mundo rural está a ser varrido por uma rápida e profunda mutação, tornando-se cada vez mais difícil analisá-lo numa perspectiva que o confronte com o urbano. Aquelas mudanças, que atingem as áreas rurais na sua globalidade, estão a abalar os alicerces em que se estruturam estas comunidades, não sendo possível vislumbrar todas as suas repercussões.

A crescente marginalidade e exclusão em que as áreas rurais foram mergulhando, é uma outra dimensão duma realidade cada vez mais comum, representável pelo

\* Texto que serviu de base à intervenção no Seminário "Educação e meios rurais: problemas e caminhos do desenvolvimento" organizado em Évora, a 19 de Junho de 1995 pelo Conselho Nacional de Educação.

\*\* Instituto de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra e Comissão de Coordenação da Região Centro.

sentimento de crise que as percorre. Isto não significa que, apesar das dificuldades que as áreas rurais conhecem, não encetem estratégias de resistência que, na maior parte das vezes, se resumem a manifestações mais ou menos simbólicas. Uma destas manifestações pode ser testemunhada pelas inscrições que aparecem nas estradas, indicando aldeias concretas, por oposição aos sinais que indicam uma localidade incerta, perdida algures num espaço irreal, a que foi atribuída o nome de *trânsito local*. O apego à terra e a valores próprios, consubstanciam uma identidade e a necessidade da afirmação de quem pretende continuar vivo, lutando, desta forma, contra o apagamento do mapa.

O rural emergente é fruto de crises recentes, que se revestem de múltiplas e variadas formas, mas também de fragilidades antigas que, em conjunto, proporcionaram a situação que hoje aí se vive. As mais flagrantes, ou as mais mediatizadas, são as relacionadas com o rendimento, a produção e o seu escoamento (fruta, leite, etc.), as que decorrem das condições naturais, por vezes adversas (geada, seca, etc.) em que a actividade agrícola é praticada, ou as que derivam da apropriação de certos recursos (caça, recursos hídricos, ambiente, etc.), avivando conflitos ancestrais ou gerando novos focos de tensão. Noutros casos, a delimitação de espaços destinados à florestação ou a parques e reservas naturais, quantas vezes para gáudio de urbanos, concebidos segundo lógicas que os rurais não entendem, mas cuja gestão impõe, em muitas situações, limitações ao uso do solo e a práticas tradicionais, também têm estado na origem de alguma agitação.

As estruturas agrárias e a formação dos recursos humanos continuam a ser debilidades estruturais do nosso mundo rural, factos que concorrem para acentuar as precariedades destas áreas, particularmente em termos de emprego. Estes são, aliás, os factores que estão na base do êxodo rural que persiste desde os anos 50, responsável pelo despovoamento demográfico que é flagrante em muitas regiões.

Os processos de mudança estão, também, a alterar os antigos valores e quadros de referência, a recompor a rede de relações e a dar lugar a novas sociabilidades, de que temos muitos exemplos. Tomemos apenas os idosos e os migrantes: verificamos que os primeiros já são vistos, tratados e amparados numa forma substancialmente diferente, enquanto a empatia dos migrantes com as áreas rurais donde partiram, começa a ganhar em certas situações contornos diversos. A relação que os ausentes estabelecem com as aldeias de origem está a mudar, passando a assentar em bases diferentes, existindo casos em que a sua presença é exercida através de um poder mais ou menos invisível, podendo gerar certas limitações a algumas dinâmicas locais.

Contudo, a discussão em torno do rural não deve perder de vista outra questão central que reside na dificuldade em conceber os espaços rurais sem agricultura: “as actividades agrárias, sejam elas da agricultura, da silvicultura, ou da pecuária, assim como a montante e jusante do processo

produtivo, portanto no âmbito da fileira agro-industrial, não se excluem das influências do modelo, nem se eximem a riscos de degradação, tanto técnica ou tecnológica como social. É certo que “a actividade agrária não perderá, por efeito das transformações em marcha ou em vista, o seu carácter decisivo. Perde, já perdeu e continuará a perder quaisquer pretensões de exclusividade, mas o seu contributo não poderá ser secundarizado, antes se recomenda a conjugação de actividades endógenas e exógenas à agricultura.”

As zonas rurais portuguesas estão, como vimos, confrontadas com um amplo e complexo conjunto de problemas, cujas raízes podemos pesquisar no passado mais recente ou mais remoto. A integração europeia, as mutações e inversões rápidas da respectiva Política Agrícola Comum, coincidindo com os processos de mundialização dos processos produtivos e de comercialização, expôs fragilidades latentes e acelerou tensões.

Mas as zonas rurais portuguesas encerram, em certos domínios, potencialidades que lhes conferem competitividade, podendo, noutros casos, conhecer oportunidades pelo facto de, no contexto europeu, serem diferentes. Esta diferença, sendo um património colectivo, indissociável da nossa história e identidade, deve ser afirmada como um valor que nos distingue e que, devidamente promovido, represente uma potencialidade a ter em conta na elaboração das estratégias de desenvolvimento rural.

Em Portugal, apesar de tudo, ainda há agricultura com agricultores que ainda fabricam produtos que são difíceis de normalizar. Ora, estes produtos, podem ir ao encontro de padrões de consumo emergentes, responder a preocupações que começam a despontar em estratos sociais, porventura mais “esclarecidos” e exigentes. Embora correspondam a certos nichos específicos, estes mercados podem ser um trunfo para o relançamento de certas actividades em determinadas zonas. Este caminho, porventura estreito, pode ser um contributo para desencravar economicamente algumas daquelas áreas.

Estamos, pois, perante um desafio de grande amplitude: resolver problemas tão diversos e superar clivagens tão profundas, passa por atitudes ofensivas e solidárias para com os espaços rurais, por actuações voluntaristas e persistentes que minimizem as situações de não retorno que, em muitos casos, se parecem desenhar. Por tudo isto, podemos ter como certo que no fim deste decénio e início do próximo século, o mundo e as paisagens rurais portuguesas serão substancialmente diferentes das actuais, tanto em termos físicos como humanos.

#### **Desenvolvimento local em meio rural: diversidade de contextos, pluralidade de intervenções**

A desvalorização da agricultura fez ruir o modelo e certas estruturas em que assentava o mundo rural, com consequências económicas, sociais e culturais, bem como

efeitos territoriais que marginalizaram o rural face à polarização do (sub)urbano. O novo quadro, onde é possível detectar alguns sinais perversos, faz com que se torne necessário regular certos efeitos negativos que estão na origem da perda de competitividade e de alguns recursos locais, particularmente dos humanos.

Para que os espaços rurais não fiquem reservados exclusivamente ao lazer e os seus residentes reduzidos a meros guardiães do território ou a espectadores subsidiados, há que intervir ao nível da base produtiva, dinamizando tanto a actividade agrícola como outras que, sendo credíveis, a devem complementar. Isto é, importa disponibilizar alternativas compatíveis com as perdas que se foram gerando. O turismo, embora possa desempenhar um papel significativo, não pode ser sempre apontado como a actividade redentora, já que dificilmente poderá ser a única alternativa para a resolução de todos os males, bem como do problema chave das áreas rurais: o emprego.

Estes aspectos, associados à diversidade de contextos rurais das regiões portuguesas, proporcionaram outros tantos processos de mudança, com graus de complexidade que variam em função de especificidades concretas. Por este motivo, as estratégias de desenvolvimento e os instrumentos de intervenção, que dificilmente se podem generalizar ou aplicar numa forma extensiva, devem ser devidamente modelados e adaptados a cada realidade.

A procura de políticas mais aderentes, que respondam com eficácia aos problemas reais, deve ter sempre presente, além da dimensão territorial, um outro aspecto básico: a participação dos protagonistas (actores locais e agentes económicos) e a sua necessária mobilização.

Como se sabe, além das fragilidades que decorrem da base produtiva, a escassa organização da sociedade civil é outra debilidade que afecta os meios rurais, onde é flagrante o défice de estruturas organizativas formais, vitais para assegurar a respectiva representação e intermediação. Esta situação tem-se agudizado, tanto mais que existe uma perda crescente de algumas das referências que desempenhavam tradicionalmente aquele papel naqueles meios (p. ex.: o presidente da junta, o professor e o padre). Hoje

é cada vez mais difícil encontrar interlocutores integrados e enraizados nas comunidades, já que só o presidente da junta de freguesia resiste, quando resiste, a permanecer entre os habitantes das aldeias.

A profusão de associações de desenvolvimento local, fenómeno relativamente novo, é a forma encontrada para solucionar, porventura tecnocraticamente, o referido défice. Resta saber em que medida esta forma de organização e participação corresponde a uma emanção genuína da sociedade e das comunidades locais, importando descodificar que interesses representam e que motivações prosseguem.

Reflexões promovidas por várias entidades nacionais e internacionais com preocupações nesta matéria, têm posto em evidência que os instrumentos utilizados com o objectivo de inverter dinâmicas negativas, têm-se revelado insuficientes, não respondendo cabalmente aos problemas com que se confrontam as áreas rurais. A procura dum novo modelo de desenvolvimento para as áreas rurais, que ataque os seus problemas básicos, particularmente a criação de emprego, é a grande motivação que deve presidir à concepção de instrumentos e de políticas. Não é por acaso que a OCDE, ainda recentemente, definia como iniciativas importantes, além das ajudas directas às empresas, outro conjunto de ajudas indirectas orientadas para o reforço do ambiente económico geral das zonas rurais. Uma política correcta de infraestruturas, bem como a valorização dos recursos humanos, podem desempenhar igualmente um papel fundamental.

Nesta linha de raciocínio, as iniciativas que venham a surgir, devem percorrer novos caminhos e lançar experiências inovadoras a todos os níveis, designadamente do ensino (escolas isoladas, crianças em risco de exclusão do ensino, etc.), dada a importância e o papel mobilizador que pode desempenhar nas áreas rurais.

Se explorarmos todas as potencialidades dos instrumentos que se vão esboçando, é possível superar alguns dos problemas enunciados, alicerçar novas dinâmicas e encontrar alternativas para o desenvolvimento do mundo rural.